

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HEVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LETRAS - PORTUGUÊS

MARIA ELENILDE LEAL DE SOUSA

**DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO PARA
OS ALUNOS DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ**

Picos
2014

MARIA ELENILDE LEAL DE SOUSA

**DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO PARA OS
ALUNOS DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado ao Curso de Letras da Universidade
Federal do Piauí, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciatura em Letras -
Português.

Orientadora: Prof.^a M.^a Leila Rachel Barbosa
Alexandre

Picos

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S725d Sousa, Maria Elenide Leal de.

Diferentes representações do preconceito linguístico para os alunos dos cursos de letras e pedagogia na Universidade Federal do Piauí / Maria Elenide de Sousa. – 2014.

CD-ROM : il; 4 ¾ pol. (41 p.)

Monografia(Licenciatura em Letras-Português) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.

Orientador(A): Profa. Me. Leila Raquel Barbosa Alexandre

1. Escola. 2. Preconceito Linguístico. 3. Variação Linguística. I. Título.

CDD 410


MARIA ELENILDE LEAL DE SOUSA

**DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO PARA OS
ALUNOS DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ**


Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado ao Curso de Letras da Universidade
Federal do Piauí, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciatura em Letras -
Português.

Aprovado em: 13 108 12024

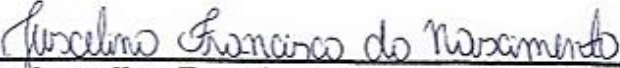
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ma. Leila Rachel Barbosa Alexandre (Presidente)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)



Prof. Me. Luiz Egito de Sousa Barros (1º Examinador)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)



Prof. Me. Juscelino Francisco do Nascimento (2º Examinador)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu Deus, que me proporcionou essa oportunidade, pois só Ele sabe a importância desse curso para minha vida. Por essa razão, não poderia deixar de mencioná-lo, pois, ao fazer esses agradecimentos, lembrei que, ainda no Fundamental, comentava com minhas colegas que um dia eu iria ser aluna da UFPI e que seria do Curso de Letras. Hoje posso dizer que me sinto realizada, pois esse sempre foi o meu sonho e Deus me permitiu alcançar.

A toda a minha família e amigos, em especial a minha mãe, que foi uma guerreira junto a mim na luta pela realização desse sonho, pois, além me ajudar com as minhas tarefas diárias, cuidando do meu filho todas as vezes que eu precisava (e olha que foram muitas), também me dava força diante das dificuldades do curso para que eu não desistisse.

Ao meu filho, Gabriel, que suportava a minha ausência todas as noites.

A todos os meus professores, que me acompanharam durante toda a minha vida escolar, acreditando em mim e na força do meu talento.

Aos professores Carlos Lírio e Egito (UFPI), que muito me ajudaram e que foram para mim um exemplo de comprometimento e de competência.

À professora Leila Rachel, pela tarefa árdua de me orientar, acreditando em mim, tendo em vista a complexidade que todos os demais professores afirmavam que havia no meu trabalho.

Aos meus colegas inseparáveis, minha segunda família: Denilma, Cibelle, Erismar, Roseângela, Lorena, Geanice, Sérgio e Raquel. Essa conquista devo a vocês.

E a todos que torceram por mim durante todo esse tempo, para que eu perseverasse na luta por essa conquista.

A uma pessoa muito especial, meu pai, que mesmo não estando mais entre nós, não poderia esquecê-lo. Guerreiro, valente, um exemplo para todos da minha família. Nunca pensei que em dia tão especial da minha vida meu pai não estaria ao meu lado. Porém, enquanto ele viveu, desempenhou papéis importante para que hoje eu estivesse conquistando um sonho. E nesse momento tão especial, destino a você, pai, todas as minhas conquistas e metas alcançadas e as que ainda irei alcançar.

RESUMO

Este trabalho trata da variação linguística, fenômeno da linguagem, e consequentemente do preconceito linguístico. O desenvolvimento do trabalho se deu a partir de dados coletados da fala de quatro informantes, através de entrevistas direcionadas aos acadêmicos de Letras e Pedagogia. O preconceito linguístico é um ato que se observa com frequência e consiste em discriminar a fala de um indivíduo ou grupo de falantes que pertencem a uma classe social inferior, ou que são do interior, ou que tem baixo grau de escolaridade, ou que são de uma região diferente. Por essa razão, pareceu-nos importante pesquisar sobre esse tema a fim de entender como se processa essa construção social. Além disso, por se tratar de um fato que acontece dentro da escola, levanta questionamentos do real papel do professor frente aos fenômenos de variação da linguagem. Direcionamos a pesquisa aos alunos de Letras e Pedagogia tendo em vista que, esses acadêmicos serão os futuros professores das redes e ensino no país. Desse modo, despertou-nos a curiosidade de entender como cada um desses profissionais construiriam suas representações acerca do tema em estudo, uma vez que os alunos de Pedagogia serão os primeiros professores de língua materna, enquanto que os alunos de Letras só entram em contato com esses alunos a partir do Ensino Fundamental. Trata-se, portanto, nessa pesquisa, da percepção do preconceito sofrido por parte dos alunos dentro do ambiente escolar. O referencial teórico foi construído com base nos pressupostos da Sociolinguística. O procedimento metodológico utilizado para a construção deste trabalho se deu em duas etapas: uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, através das falas coletadas no gravador de um aparelho celular (gravador), logo após a exposição de uma tirinha contendo falas do português não padrão. A presente pesquisa objetivou extrair, das representações percebidas, as concepções que os alunos do curso de Letras e Pedagogia da UFPI/CSNHB têm a respeito da língua e suas diversidades. A análise foi feita a partir dos dados coletados em associação com o que foi dito no referencial teórico. Ao final da pesquisa, os resultados demonstraram que, os alunos de Pedagogia constroem uma representação social diferente da que é construída pelos alunos de Letras. Isso não quer dizer que os alunos de Letras não apresentem graus de preconceito, pois estes (alunos), mesmo tendo um arcabouço teórico a respeito do tema em estudo, ainda apresentam certo tipo de preconceito linguístico, quando se trata de língua na prática escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Variação linguística. Preconceito linguístico.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO OU SOCIAL?	11
2.1 Visão de alguns teóricos sobre o preconceito linguístico	11
2.2 Um olhar sobre o preconceito linguístico.....	14
2.3 Em que circunstâncias o preconceito linguístico ocorre?.....	16
3 A ESCOLA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO	18
3.1 Os PCN e o preconceito linguístico.....	20
3.2 O professor e o preconceito linguístico na sala de aula	21
3.3 Refletindo sobre o preconceito linguístico e a prática escolar.....	23
3.4 O papel da escola na desmistificação do preconceito linguístico	24
4 METODOLOGIA	27
5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o tema Diversidade Linguística e suas diferentes representações para os alunos dos cursos de Letras e Pedagogia na Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Essa abordagem parte da opinião que cada acadêmico tem em relação ao tema acima citado, objetivando mostrar como esse preconceito consegue permear durante toda a vida escolar do indivíduo, se prolongando ainda em um ambiente acadêmico, que deveria ser para esse aluno lugar de conscientização e não de estigmatização da própria língua por ele falada.

O preconceito linguístico surge a partir do julgamento que as pessoas fazem em relação à forma de falar do indivíduo, que, em uma situação de fala, é obrigado a enquadrar-se dentro da norma padrão da gramática normativa. Quando isso não acontece, ele é discriminado por um indivíduo ou por um determinado grupo social.

Sobre o tema Preconceito Linguístico, foi apresentada a seguinte pergunta de pesquisa, tendo em vista que os alunos de Letras e Pedagogia da UFPI/CSHNB estão em processo de formação, para, junto à escola, auxiliarem no procedimento de ensino-aprendizagem de língua materna: que representações de preconceito linguístico são predominantes e percebidas entre os alunos de pedagogia e letras da UFPI/CSHNB?

A partir da pergunta formulada, foi levantada a seguinte hipótese: alunos do curso de Letras, por terem contato com o tema “variação linguística” já no início do curso, constroem uma representação diferente daquela construída pelos alunos de pedagogia.

A presente pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, que se realizou no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos-PI, por meio de uma entrevista em que foi apresentada uma tirinha contendo realizações do português não padrão. Foram usados para a coleta de dados da pesquisa um gravador (celular), um livro didático adotado no Ensino Médio, que apresenta o conteúdo da tirinha, e os materiais necessários para a transcrição das falas dos entrevistados.

O preconceito linguístico tem se manifestado de várias maneiras, como se pode perceber, ele vai além dos muros das escolas, das universidades. Ele está presente nos meios de comunicação e, em especial, na mídia, através dos desenhos

animados, dos programas humorísticos, das novelas, pois estes programas atingem grande parte da população, em especial as crianças e os adolescentes, que são vistas como presas fáceis e sujeitas à influência.

Conforme Bagno (2003, p. 77),

É uma pena que seja assim. Todo esse formidável poder de influência dos meios de comunicação e dos recursos da informática poderia ser de grande utilidade se fosse usado precisamente na direção oposta: na destruição dos velhos mitos, na elevação da autoestima linguística dos brasileiros, na divulgação do que há de realmente fascinante no estudo da língua.

Assim como os meios de comunicação, os professores também assumem um papel importante na destruição desses mitos. A escola, por meio de professores com boa formação linguística, poderia contribuir bastante para a formação de cidadãos menos preconceituosos, pois, segundo Bagno (2003, p. 118), “para romper o círculo vicioso do preconceito linguístico no ponto em que temos mais poder para atacá-lo – a prática de ensino -, precisamos rever toda uma série ‘de velhas opiniões formadas’ que ainda dominam nossa maneira de ver nosso próprio trabalho”.

Precisamos rever nossos conceitos, no que diz respeito ao ensino de língua materna, pois, para muitos professores, falar bem e de forma “correta” consiste, entre outras coisas, fazer uso de todas as concordâncias gramaticais que nos exigem essas regras. E assim seríamos reconhecidos como cidadãos que sabem falar sua própria língua, sem levar em consideração aquilo que o falante tem internalizado e o que ele aprendeu em decorrência do ambiente em que vive. Contudo, cada indivíduo é detentor do poder de falar na forma em que aprendeu, de expressar seus sentimentos e propagar seus conhecimentos em uma determinada cultura, ou seja, de falar a sua língua ou a sua variedade.

Com isso, é relevante observar como os alunos do Curso de Pedagogia constroem socialmente seu conhecimento acerca do tema tratado nessa pesquisa, quando comparados aos alunos do Curso de Letras, tendo em vista que aqueles alunos serão os primeiros a terem contato com a sala de aula e conseqüentemente com a língua e suas possíveis variações.

A presente pesquisa objetiva detectar, entre os alunos de Letras e Pedagogia da UFPI/CSHNB, representações sociais acerca do preconceito linguístico. Objetiva também extrair, a partir das representações percebidas, as concepções que eles têm a respeito da língua e suas diversidades.

No primeiro capítulo, temos a Introdução. Em seguida, temos o segundo capítulo, intitulado “Preconceito Linguístico ou social?”. Nele, encontraremos a visão dos autores a respeito do tema em estudo e a sua real constituição, o que serviu de embasamento para a construção deste trabalho. Em seguida, o terceiro capítulo, intitulado “A Escola e o Preconceito Linguístico”, trata da maneira como se constitui esse preconceito no ambiente escolar e o papel do professor como mediador do ensino de língua materna. Logo em seguida, temos o quarto capítulo, “Procedimentos Metodológicos”, no qual encontraremos o passo a passo da pesquisa, seguido pelo quinto capítulo, “Análise de Dados e Discussão dos Resultados”. Neste capítulo, estão os dados coletados e o diagnóstico feito com base nesses dados. Finalizamos com o capítulo de Considerações Finais.

2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO OU SOCIAL?

Nesse capítulo, encontraremos as abordagens que alguns teóricos fazem a respeito do tema “Preconceito Linguístico”, a maneira como ele ocorre no ambiente escolar e as influências que exerce sobre o indivíduo em situação de interação.

O Preconceito Linguístico manifesta-se por meio de uma ação discriminatória, em que um indivíduo é constrangido a falar e escrever de acordo com regras gramaticais idealizadas. E não só isso, a discriminação manifesta-se até mesmo no aspecto fonético-fonológico da fala desse indivíduo, ou seja, as formas diferentes de se pronunciar as palavras de uma língua podem ser motivo para discriminação.

2.1 Abordagens teóricas sobre o preconceito linguístico

De acordo com teóricos que se interessam e realizam pesquisas no campo da linguística, o comportamento linguístico de cada indivíduo em uma determinada situação de comunicação varia de acordo com o tempo, o espaço e a sua comunidade de fala, recebendo assim o nome de variação linguística. Partindo desse ponto, não pode ser considerada melhor ou pior uma determinada variedade quando comparada a outra.

Segundo Bagno (2012, p. 22),

Por que toda língua além de variar geograficamente, no espaço, também muda com o tempo. A língua que falamos hoje no Brasil é diferente da que era falada aqui mesmo no início a colonização, e também é diferente da língua que será falada aqui mesmo dentro de trezentos ou quatrocentos anos.

O fenômeno da variação linguística é indiscutível, pois se manifesta em indivíduos que são provenientes do interior, tendo em sua fala características de dialetos regionais, denominando-se, portanto, como variação diatópica. É perceptível também quanto aos dialetos sociais, ou seja, indivíduos que apresentam certo grau de escolaridade, denominada variação diastrática. Há ainda as variações diafásicas, em que se leva em conta o estilo de fala desse indivíduo, e a diacrônica, que é a comparação da fala atual com a do passado.

Na verdade o preconceito linguístico não passa de um preconceito social. É uma discriminação sem razão de ser. As pessoas que consideramos falar errado são cidadãos que seguem outras regras que são caracterizadas como PNP

(português não padrão). Esses cidadãos, por sua vez, não têm o poder de ditar quais dessas regras são relevantes ou não, pois são indivíduos, muitas vezes, provenientes de classe social baixa, com baixo poder aquisitivo, que aprenderam a língua de seus pais, seus vizinhos, enfim, de sua comunidade de fala.

De acordo com Bagno (2012, p. 37), “o PNP é transmitido de geração para geração, é um patrimônio linguístico que é compartilhado no convívio com a família e com as pessoas da mesma classe social”. O português não padrão considera a forma particular que o indivíduo tem de se comportar linguisticamente em relação com seu lugar de origem, ou seja, o indivíduo não é discriminado pela forma como ele fala. O mesmo não é observado quando se trata do PP (português padrão), que é ensinado na escola por meio da escrita, dando margem ao surgimento do preconceito, pois a escola, em geral, dita as regras para o uso da linguagem e quer a todo custo que seus alunos reproduzam seus ensinamentos, desconsiderando o que estes falantes aprenderam.

Segundo Bagno (2012, p. 29)

Esses preconceitos fazem com que as crianças que chegam à escola falando PNP seja considerada uma “deficiente” linguística, quando na verdade ela simplesmente fala uma língua *diferente* daquela que é ensinada na escola.

Ao se deparar com esse tipo de atitude discriminatória, a criança é impulsionada a fugir de situações de interação na sala de aula, pois a sua forma de falar não é vista como diferente, mas como uma deficiência, criando assim um sentimento de rejeição por parte dessa criança em relação aos demais.

A questão do preconceito linguístico interessa muito aos linguistas, em especial àqueles que se dedicam a estudos sociolinguísticos, isto é, aos que têm como objeto de estudo a língua em sociedade, por meio da comparação da estrutura linguística com a estrutura social.

De acordo com Preti (2000, p. 14),

O alargamento do enfoque das relações sociedade/língua, consideradas profundamente interdependentes, conduz ao estudo das estruturas do pensamento de certas comunidades e à forma como estas articulam linguisticamente sua realidade, em consonância com sua cultura e sistema de vida.

Nesse sentido, a língua revela a identidade social do falante, ou seja, as diferenças na fala estão intrinsecamente ligadas à estratificação social do falante, que por sua vez recebe influências extralinguísticas em sua maneira de falar. Essas influências extralinguísticas que condicionam o modo de falar de um indivíduo estão ligadas às distinções geográficas, históricas, econômicas, políticas, sociológicas e estéticas que estão, pois, ligadas ao fenômeno da comunicação.

Segundo Preti (2000, p. 17), interpretando Gadet,

O que se procura na fala de um indivíduo são os índices de sua classificação social. Se um traço difere de um indivíduo para outro, o sociolinguista procurará responder a três perguntas: Esta diferença é ocasional ou reaparece sistematicamente? É generalizada numa certa situação ou num interior de um grupo social? Pode-se dar-lhe uma significação social? Para responder estas questões, devem-se relacionar os traços linguísticos, para ver em que medida as variações notadas nos dois domínios são concomitantes.

Desse modo, a língua em certa medida condiciona a sociedade, que também é condicionada por essa língua, contribuindo assim na construção da identidade do falante, nos atos comunicativos, na interação e na preservação da cultura.

Segundo Monteiro (2000, p. 16),

Esses aspectos são muito relevantes sob uma perspectiva social: a função da língua de estabelecer contatos sociais e o papel social, por ela desempenhado, de transmitir informações sobre o falante constitui uma prova cabal de que existe uma íntima relação entre língua e sociedade.

Partindo dos pressupostos acima citados, é muito cruel discriminar um indivíduo por sua forma de falar, pois o que vale neste momento não é a construção sintática regida puramente por regras gramaticais, e sim o conteúdo comunicativo desse enunciado, se a mensagem foi compreendida com êxito pelo seu ouvinte. Fica assim compreendido que língua, fala e sociedade estão intrinsecamente ligadas, uma é motivação da outra, desenvolvendo-se na medida em que se dá a evolução da sociedade.

De acordo com Monteiro (2000, p. 16-17), “a própria língua como sistema acompanha de perto a evolução da sociedade e reflete de certo modo os padrões de comportamento, que variam em função do tempo e do espaço”. Desse modo, a língua é um sistema mutável, acompanha os processos evolutivos da sociedade e revela, através da fala, o comportamento de seus indivíduos. Com base nisso, fica

evidente que não se pode dissociar a língua, a fala e sociedade, tendo em vista o papel que cada uma exerce para o funcionamento da outra.

2.2 Um olhar sobre o preconceito linguístico

A questão do preconceito linguístico tem sido tratada por muitos autores, principalmente por aqueles que se preocupam em dar uma roupagem nova ao estudo de língua materna. Entre esses autores, temos Bortoni-Ricardo (2005), Ilari e Basso (2011), Preti (2000), Monteiro (2000), Tarallo (2007) e Bagno (2003, 2007, 2012), que serviram de fundamentação teórica deste trabalho.

Segundo Bagno (2003), o preconceito linguístico está tão arraigado em nossa cultura que até mesmo pessoas intelectuais se deixam levar por este engano, que é a discriminação feita a pessoas menos escolarizadas e que conseqüentemente têm um vocabulário diferente daquele empregado por uma pequena parte da população, a saber, os escolarizados.

Os preconceitos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo (BAGNO, 2003, p. 75).

Na verdade, o que fica claro é que a questão do preconceito linguístico não é apenas de caráter da fala em si, ou seja, não é só a partir da língua que se pode falar de preconceito linguístico, mas de uma série de fatos sociais que se associam a ela, levando um grupo a ser discriminado ou não.

O preconceito linguístico é uma opinião depreciativa que se cria em relação a determinadas variedades linguísticas. Esse julgamento está, na maioria das vezes, ou, porque não dizer, todas às vezes, ligado à posição social do falante e à sua região de origem. Assim, um grupo de falantes que pertence a uma classe social mais privilegiada pode se achar no direito de criticar o modo de fala de determinado sujeito porque ele não faz uso da norma culta, como se essa norma realmente servisse para elevar um indivíduo a certo padrão social.

Segundo Bagno,

[...] se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da

pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? (BAGNO, 2003, p. 69).

Ora, se isso realmente fosse uma verdade, professores que se dedicam ao estudo de língua, mesmo que não ocupassem o topo da pirâmide, deveriam pelos menos ser reconhecidos e com isso receberem um bom salário.

Já se falou muitas vezes na uniformidade do português brasileiro, como se existisse apenas uma única forma de se usar essa língua. Porém a uniformidade do português brasileiro não passa de um mito, uma ideia falsa e pouco interessante, que obriga o falante a lidar com situações que contradizem o uso real da língua e o seu ensino.

Segundo Ilari e Basso (2011, p. 1510),

A uniformidade do português brasileiro é em grande parte um mito, para o qual contribuíram 1) uma certa forma de nacionalidade; 2) uma visão limitada do fenômeno linguístico, que só consegue levar em conta a língua culta; e 3) uma certa insensibilidade para a variação, contrapartida do fato de que os falantes se adaptam naturalmente a diferentes contextos de fala.

Essa forma de língua padrão, que se apresenta para muitos por meio da ortografia (conjunto de regras que rege a língua escrita), nada tem a ver com o verdadeiro sentido de uso da língua, e sim com convenções meramente políticas, sociais e econômicas, já que, embora o uso da língua também passe por convenções, estas estão voltadas para a aceitabilidade na construção do enunciado quanto ao seu sentido. Desse modo, não podemos apresentar insensibilidade ao fenômeno da variação, pois, conforme já vimos, o português o brasileiro não é uma língua uniforme.

Segundo Bagno (2003, p. 132), “a ortografia oficial é fruto de um decreto, de um ato institucional por parte do governo, e fica muitas vezes sujeita aos gostos pessoais ou às interpretações dos fenômenos linguísticos por parte dos filólogos que ajudam a estabelecê-la”. Por isso, faz-se necessário reavaliar a noção de erro no que se refere à fala de um indivíduo isolado ou inserido em uma determinada comunidade, pois o que rotulamos como “erro de português” pode ser, na verdade, apenas um mero desvio da ortografia oficial. No entanto, deve ficar claro que o preconceito não se faz apenas em relação à ortografia, ele está arraigado a uma série de fatores, dentre os quais estão os sociais, como já citamos.

2.3 Em que circunstâncias o preconceito linguístico ocorre?

Várias são as situações em que o indivíduo é discriminado pelo uso diferente que faz da sua língua materna. Esse “diferente” implica uma forma que não está padronizada de acordo com o que é considerado certo por aqueles que julgam ter o domínio da língua que falam.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 27), “qualquer variedade cuja morfossintaxe e léxico desviem-se do português-padrão efetivamente usado é considerado ruim e indesejável, independentemente do contexto em que ocorre”. Esse tipo de constrangimento pode ser constatado em qualquer ambiente ou atividade social realizada por um indivíduo (seja ele proveniente de classe social baixa ou alta, escolarizado ou não escolarizado, do interior ou da cidade), que, em um momento de utilização da língua, fugiu do padrão desejado.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 29),

No Brasil a língua-padrão é associada ao grupo social que goza de melhor status. Quaisquer desvios do padrão real tendem a receber avaliação negativa, que varia de grau, a depender de os traços determinarem uma estratificação gradual ou descontínua.

Fica assim evidente que esse preconceito é muito mais social do que linguístico, tendo em vista que apenas aqueles que pertencem a um grupo social privilegiado terão acesso à língua-padrão e o que se desviar desse padrão será considerado “errado”.

A fala, que é onde a língua se concretiza de fato e o meio pelo qual os indivíduos realizam atos comunicativos, não deveria ser usada como instrumento pelo qual o ser humano seria excluído, sentindo-se menos valorizado ou até mesmo incapaz de realizar atos de comunicação em ambientes de fala. De acordo com Tarallo (2007, p. 19),

A língua falada a que nos temos referido é o veículo linguístico de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face. Em suma, a língua falada é o vernáculo: a enunciação e expressão de fatos, proposições, ideias (o que) sem preocupação de como enuncia-los.

É essa língua que o falante aprende em interação com sua família, com seus vizinhos e amigos. Esse vernáculo nada mais é do que a língua do povo, são enunciados construídos para a comunicação cotidiana.

Não se quer dizer com isso que a norma culta da língua não deve ser ensinada, mas que pessoas que não dispõem de oportunidades como frequentar a escola, por exemplo, possam ser respeitados quanto a sua maneira de falar a língua que aprendeu em sua comunidade de fala.

Contudo, não é o que se pode observar a esse respeito, pois, de acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 14),

O prestígio do português culto, padronizado nas gramáticas e dicionários e cultivado na literatura e nos mais diversos domínios institucionais da sociedade, não se restringe, como seria de se esperar, aos grupos de seus usuários; ao contrário, perpassa todos os seguimentos sociais. Varia apenas a sua manifestação, em função do acesso diferenciado que esses grupos têm às normas que funcionam como um quadro referencial da correção e propriedade linguística.

Com base na afirmação acima, o prestígio dado à norma culta deveria estar associado apenas aos grupos de seus usuários, ou seja, aos indivíduos que “detém” esse domínio, que ocupam o topo da pirâmide social, política e econômica e do país. Porém, não é o que acontece, pois essa forma de imposição da língua perpassa todos os seguimentos sociais e se manifesta nas mais diversas situações de interação entre os indivíduos.

3 A ESCOLA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

A língua falada é menos valorizada que a língua padrão quando se refere ao ambiente escolar. Infelizmente permeia na mente de muitos que compõem esse ambiente a ideia de que alunos que chegam às escolas chegam para aprenderem língua portuguesa, isto é, um conjunto de regras e formas tradicionais que é usada para ensinar essa língua. Chega-se até mesmo a dizer que esses alunos não sabem o português.

Segundo Bagno (2012, p. 73),

É preciso mudar isso – diz Irene. – É muito triste ouvir tanta gente inteligente dizer: “Eu não sei português”. Se não soubesse, não teria produzido essa simples frase. O que as pessoas não sabem é a língua fossilizada, enrijecida, ossificada, congelada, insípida que a nossa tradição escolar tem tentado ensinar.

O fragmento acima citado é uma conversa extraída do livro *A Língua de Eulália*, do autor Bagno, onde a professora Irene explica o grande engano criado em torno de saber ou não o português e diz que, se o indivíduo é capaz de produzir enunciados com sentido, fica evidente que esse indivíduo sabe sim o português.

Todo esse enrijecimento criado em torno da língua e sua padronização, tem contribuído para a criação de muitos mitos. Entre eles está o mito da língua única, sem mistura e variação, daí os julgamentos depreciativos atribuídos a falares diferentes.

Segundo Bagno (2012, p. 18),

No Brasil não se fala uma só língua. Existem mais de duzentas línguas ainda faladas em diversos pontos do país pelos sobreviventes das antigas nações indígenas. Além disso, muitas comunidades de imigrantes estrangeiros mantêm viva a língua de seus ancestrais: coreanos, japoneses, alemães, italianos etc.

Dizer que no Brasil se fala uma única língua, é excluir os dialetos que se formaram a partir da chegada de imigrantes no Brasil, quando ele ainda era uma colônia de Portugal. E não só isso, mas também esquecer os índios que já existiam aqui e se comunicavam através de várias línguas.

Segundo Ilari e Basso (2011, p. 151),

[...] o português brasileiro não é uma língua uniforme, e tentaremos convencer o leitor de que essa ideia, além de falsa, é pouco interessante, porque nos torna incapazes de lidar com situações que afetam correntemente o uso da língua e seu ensino.

Com base na citação acima, fica claro que a uniformidade da língua é apenas mais um mito, o que, de certa forma, acarreta problemas quanto ao ensino de língua nas escolas, pois, à medida que se pensa em uma forma única de se utilizar a língua; é excluído o fenômeno da variação presente nos dialetos brasileiros. A escola acaba assim ensinando a língua da cultura dominante, sem levar em conta as diferenças linguísticas que são socialmente condicionadas pelo ambiente do qual o indivíduo faz parte.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 15),

No caso brasileiro, o ensino da língua culta à grande parcela da população que tem como língua materna – do lar e da vizinhança – variedades populares da língua tem pelo menos duas consequências desastrosas: não são respeitados os antecedentes culturais e linguísticos do educando, o que contribui para desenvolver nele um sentimento de insegurança, e nem lhe é ensinada de forma eficiente a língua-padrão.

O desrespeito aos antecedentes culturais e linguísticos do educando fica claro quando o professor começa a corrigir o aluno em sala de aula. Esse tipo de constrangimento leva o aluno a se intimidar e até mesmo ter medo de construir enunciados. Além disso, o próprio ambiente que cobra tanto do aluno não é suficientemente capaz de preparar esse aluno para o uso eficiente da língua.

Desse modo, a escola, que é instituição de ensino, não pode desconsiderar as diferenças de comportamento linguístico que são representadas por seus alunos. Ao invés disso, deve conscientizá-los de que existe mais de uma maneira de se dizer a mesma coisa, e que isso não deve ser encarado por eles como errado ou grotesco, mas sim diferente.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 15),

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. Algumas conferem prestígio ao falante, aumentando-lhe a credibilidade e o poder de persuasão; outras contribuem para formar-lhe uma imagem negativa, diminuindo-lhe as oportunidades.

A conscientização das possíveis variações a que a língua se submete talvez seja a melhor forma de se trabalhar nas escolas a questão das diferenças sociolinguísticas, pois tanto professores quanto alunos estariam conscientes que o falar de um indivíduo tanto pode exercer uma boa influência, atribuindo-lhe prestígio, como pode levá-lo a ser discriminado pela sociedade.

Segundo Monteiro (2000, p. 64), “uma variante em geral adquire prestígio, se for associada a um falante ou grupo social de status considerado superior”. Essas variantes de prestígio, como assim são chamadas as variantes que são faladas por aqueles que têm certo domínio da norma culta ou fazem parte de um grupo social de status considerado superior, são conhecidas apenas por uma pequena parte da população, ou seja, os que se encaixam nessas duas categorias.

Esse conjunto de regras e normas que são atribuídas à linguagem a fim de torná-la correta, de prestígio, só é ensinado nas escolas. O problema é que grande parte dessa população não frequenta a escola, como é o caso do Brasil, por exemplo. Mesmo assim, o prestígio dado essa a linguagem é demonstrado até mesmo por aqueles que nunca frequentaram a escola.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p.14),

O cidadão erudito aprecia a língua culta, que por sinal é o seu meio natural de comunicação, mas o trabalhador braçal, a empregada doméstica, os milhões de iletrados também o fazem. Demonstrando igualmente um sentimento positivo em relação à “boa linguagem”, à linguagem daqueles que tem estudo.

Fica evidente que a língua exerce influência sob os que a usam, e que a chamada “boa linguagem” sobressai e ganha prestígio em relação à linguagem falada por aqueles de status social considerado inferior, ou que não frequentaram a escola, como é o caso dos milhões de iletrados do Brasil.

Desse modo, se um falante não dispõe ou não tem acesso aos recursos linguísticos de prestígio, seus atos de fala tornam-se sujeitos a julgamento e possível condenação social.

3.1 Os PCN e preconceito linguístico

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), tratam e reconhecem a questão da diversidade linguística que permeia a diversidade cultural existente no

Brasil, fazendo referência, inclusive, ao preconceito linguístico. No entanto, essa referência ainda não faz parte do contexto e práticas escolares de muitos professores que estão em vigência nas escolas, ou melhor, grande parte deles nem sabe o que realmente dizem os PCN a esse respeito.

Segundo os PCN (1997, p. 31), “as discriminações praticadas com base em diferenças ficam ocultas sob o manto de uma igualdade que não se efetiva”. Ou seja, profissionais do ambiente escolar discriminam seus alunos sem sequer atentar para o estão fazendo, como se essa atitude fosse normal, dizendo ainda que todos são iguais e têm os mesmos direitos, e ainda utilizam o termo adequado e inadequado para se justificarem, quando na verdade só tornou seu julgamento implícito.

Os PCN (1997), apesar de reconhecerem as diversidades linguísticas, e dizerem que estas devem ser respeitadas, ainda se restringem muito à questão do adequado e inadequado. Segundo eles, o que define de fato é o contexto, ou seja, um indivíduo utilizará uma determinada forma de linguagem de acordo com o momento e o local de fala, sem conscientizar de que certo e errado não cabem ao contexto linguístico, pois, como já vimos, a língua sofre variação, e desse modo não podemos caracterizar o certo e o errado quando se trata da língua.

3.2 O professor e o preconceito linguístico na sala de aula

As diferentes formas de representação da linguagem, tanto no falar quanto no escrever, são facilmente notadas no dia a dia. Na sala de aula, mais do que em qualquer outro lugar, esse fenômeno é notável e, na maioria das vezes, repreendido pelo professor que julga no momento ser essa a melhor atitude diante do fato ocorrido.

Que professor já não se deparou com o “s” que desaparece quase sempre nas construções feitas com palavras no plural, ou com o “r” que também desaparece no final de verbos no infinitivo? Consciente de que a resposta será sim, devemos dizer então que isso acontece pelo fato de a língua ser um fenômeno social e, por isso, sujeita a variação.

Segundo Monteiro (2000, p. 61),

A variação linguística é consequência da propriedade da linguagem de nunca ser idêntica em suas formas através da multiplicidade do discurso. Se analisarmos um simples fonema, pronunciado várias vezes por um mesmo indivíduo constataremos que suas realizações serão diferentes entre si.

A língua, por ser um fenômeno mutável, tende a apresentar várias formas. Quando construímos um enunciado, podemos observar que uma palavra ou até mesmo um fonema dessa palavra, ao ser dito várias vezes, pode apresentar modificações em sua pronúncia. Por isso, faz-se necessário tratar a questão da variação linguística em sala de aula.

Desse modo, cabe ao professor o papel de conscientizador nesse processo árduo, que é o de tentar desmascarar o que realmente está por trás desse preconceito classificado como linguístico, mas que é de fato um preconceito social.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 14),

O comportamento linguístico é um indicador claro da estratificação social. Os grupos sociais são diferenciados pelo uso da língua. Em sociedades com histórica distribuição de renda (entre as quais o Brasil pode ser considerado paradigmático), as diferenças são acentuadas e tendem a se perpetuar. Pode-se afirmar que a distribuição injusta de bens culturais, principalmente das formas de falar, é paralela à distribuição iníqua de bens materiais e de oportunidades.

Tendo em vista que a língua é um indicador da condição social do falante, e que também faz parte da injusta distribuição de bens materiais e culturais do país, educadores e toda a gestão escolar devem estar atentos para não realizarem atos que excluam seus alunos e criem neles um sentimento de rejeição.

O professor deve explicar a esses alunos que as diferenças que existem na fala dos indivíduos ocorrem em função de a sociedade e a cultura serem heterogêneas, e, portanto, a língua deve acompanhar a sua comunidade.

De acordo com Monteiro (2000, p. 58), interpretando Dorian (1994),

Cada vez mais se aceita a ideia de que a heterogeneidade linguística reflete a variabilidade social e as diferenças no uso das variantes linguísticas correspondem às diversidades dos grupos sociais e à sensibilidade que eles mantêm em termos de uma ou mais normas de prestígio.

Ao aceitar a heterogeneidade linguística, desfaz-se de certo modo a visão de que a língua é homogênea, pois, como já foi dito anteriormente, essa homogeneidade é apenas um mito, tendo em vista que as variantes existem e

revelam o indivíduo e o grupo social a que ele pertence, atribuindo-lhe prestígio ou não. Por isso, é importante para o falante conhecer a norma culta da língua.

O ensino da norma culta por parte dos professores pode e deve ser repassado para esses alunos, como uma construção que será empregada em situações de fala distintas, ou seja, o aluno pode optar por uma variedade ou outra variedade, dependendo do momento e da situação em que se constrói o enunciado.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 26),

A aprendizagem da norma culta deve significar uma ampliação da competência linguística e comunicativa do aluno, que deverá aprender a empregar uma variedade ou outra, de acordo com as circunstâncias da situação de fala.

Desse modo, a escola deve proporcionar ao alunado as condições necessárias para que este desenvolva sua competência linguística e assim possa fazer uso consciente das inúmeras possibilidades de que a língua dispõe.

Sendo consciente de que a língua é na verdade um fator social, e que, representa de fato os indivíduos que dela fazem uso, o professor pode e deve mostrar a seus alunos o grande papel social que a linguagem desempenha em todas as atividades desenvolvidas pelo homem.

3.3 Refletindo sobre o preconceito linguístico e a prática escolar

É preciso que se faça uma reflexão sobre a forma real com que se tem tratado a questão do preconceito linguístico no que diz respeito às práticas escolares. Nesse ambiente se fala em graus de formalidade e de informalidade, de adequado e de inadequado para mostrar que as variações linguísticas existem. No entanto, cabe a ela (escola) aceitar a diversidade linguística e mostrar sua importância para o ensino de língua portuguesa.

Segundo o Subsídio encartado no Jornal Mundo Jovem de incentivo à leitura e à escrita (2011, p. 4),

Para a escola aceitar a diversidade como um fato linguístico e valorizar a importância da adequação da linguagem aos graus de formalidade precisam alicerçar a sua concepção de ensino de Língua Portuguesa nos estudos sociolinguísticos. Com efeito, esses estudos propõem novas perspectivas que evidenciam que o ensino de língua materna deve partir das variações linguísticas para chegar a língua formal, que supostamente é um dos grandes objetivos do ensino da língua materna no ambiente escolar.

É preciso que se tenha uma nova visão quando se trata do ensino de língua materna, partindo dos pressupostos de que a variação linguística é um fato quando se aborda questões sobre a língua. Portanto, é necessária uma atenção maior nos estudos sociolinguísticos, uma vez que esta é a ciência que trata da variação linguística.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 14),

No Brasil, as diferenças linguísticas socialmente condicionadas não são seriamente levadas em conta. A escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante; tudo que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado. O ensino sistemático da língua é de fato uma atividade impositiva.

Ao corpo discente, cabe apenas aceitar aquilo que lhe é imposto por aqueles que julgam ter em mãos o saber. Se a cultura dominante usa a língua padrão, a escola, por sua vez, ensinará essa mesma língua, que se apresenta na maioria das vezes aos alunos sem nenhuma funcionalidade, pois estes já se utilizam da linguagem coloquial para construir seus atos de fala.

A verdade é que muitos professores se preocupam mais em reprimir o aluno do que incentivá-lo a desenvolver suas habilidades linguísticas, decorrentes do grande universo de variáveis que cada usuário dispõe para realização de seus atos de fala.

Desse modo, as práticas escolares devem articular maneiras para se aproximarem mais desse universo de flexibilidade que a língua proporciona a seus usuários, para que estes possam produzir seus enunciados sem sofrerem qualquer tipo de discriminação por parte daqueles que se consideram o topo da elite.

3.4 O papel da escola na desmistificação do preconceito linguístico

A escola, enquanto lugar de aprendizagem, torna-se meio pelo qual se pode tentar desfazer essa linha de pensamento, que é a valorização exagerada das formas padrão da língua e conseqüentemente a desvalorização da linguagem coloquial.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 14),

O prestígio associado ao português- padrão é sem dúvida um valor cultural muito arraigado, herança colonial consolidada nos nossos cinco séculos de existência como nação. Podemos e devemos questioná-lo, desmistificá-lo e demonstrar sua relatividade e seus efeitos perversos na perpetuação das desigualdades sociais, mas negá-lo, não há como.

Não dar para negar que se atribui um grande valor à norma culta da língua, que recebe o nome de português-padrão. Mas é possível questionar e desmistificar essa forma (padrão), mostrando os efeitos negativos que essas atitudes causam na vida dos indivíduos. Uma das consequências é achar que existem pessoas que falam errado, só porque constroem enunciados diferentes das normas que foram padronizadas.

Muitos pais, ao levarem seus filhos à escola, levam junto com eles a ideia de que lá seu filho aprenderá, entre muitas outras coisas, a falar bem o português, como se este não soubesse falar a sua língua materna. Provavelmente isso acontece porque esses pais, assim como a grande maioria da população, talvez não conheçam o conceito de preconceito linguístico e têm na sua mente que a escola é o lugar onde se aprende tudo, inclusive a falar. No entanto, esses pensamentos não se sustentam.

De acordo com Bagno (2003, p. 17),

[...] em boa medida nós somos a língua que falamos, e acusar alguém de não saber falar sua própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber “usar” corretamente a visão (isto é, afirmar o absurdo de que alguém é capaz de enxergar, mas não é capaz de ver) ou o olfato (isto é, afirmar o absurdo de que alguém é capaz de sentir o cheiro, mas não de respirá-lo).

Com base nisto, é inadmissível que alguém possa sofrer tamanho abuso, que é ser acusado de não saber falar sua própria língua, pois, embora o falante de língua materna não tenha conhecimento teórico da estrutura formal da língua, ele a utiliza muito bem, uma vez que esta já está internalizada em seu cognitivo.

A escola, antes de qualquer outro lugar, é onde se deve ser ensinado que, independente das peculiaridades linguístico-culturais que o indivíduo possa ter, deve-se respeitá-lo sem demonstrar por ele qualquer tipo de rejeição ou discriminação.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p.15),

Os alunos que chegam à escola falando “nós chegemu”, “abrido”, e “ele drome”, por exemplo, têm que ser respeitados e ver valorizadas as suas

peculiaridades linguístico-culturais, mas têm o direito inalienável de aprender as variantes do prestígio dessas expressões.

Tirar deles (alunos) o direito de aprenderem as variantes de prestígio é um ato injusto, pois é necessário conhecer essas variantes para que se possa fazer uso delas em determinadas situações de comunicação, e assim não ser reprimido e nem discriminado.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 36),

Outro fator que recomenda o ensino da norma culta é a importância que este aprendizado tem na mobilidade social do indivíduo. Qualquer pessoa precisa dominar a variedade linguística de prestígio para poder ter acesso a níveis superiores de ensino e assim obter empregos bem remunerados [...].

É preciso, portanto, conhecer as variações para que se possa fazer uso adequado delas em um contexto viável de fala. Por isso, surge a necessidade de que o aluno tome conhecimento da variação linguística e de que, dentro dessa variação, surjam as variantes de prestígio e as que são consideradas de menor valor social, para, a partir daí, reconhecer que as variedades linguísticas se diferenciam entre si, sendo isto um fenômeno da linguagem.

Segundo o Subsídio encartado no Jornal Mundo Jovem de incentivo à leitura e à escrita (2011, p. 2),

As variedades linguísticas diferenciam-se entre si, porque são fenômenos próprios da linguagem. No entanto a sociedade hierarquiza essas variedades, elegendo uma como língua padrão. Apesar de não existir, no ponto de vista linguístico, relação de superioridade ou inferioridade entre as variações, uma delas recebe o cunho de norma padrão ou de norma culta. Porém os fatores que assim a legitimam não são de ordem linguística, mas de ordem histórica, econômica social e cultural.

Atribuir a uma variante característica de superioridade ou de inferioridade não é algo feito pela linguística (ciência que estuda a linguagem), mas pela sociedade que, por ordem política, econômica e social, acaba por impetrar essas categorias às variantes. Contudo, para a linguística não existe uma variante melhor ou pior que outra, pois o que acontece de diferente na língua é fruto dos fenômenos de variação a que ela está sujeita.

4 METODOLOGIA

Para a construção desse trabalho foram levados em conta os aspectos quantitativos e qualitativos trabalhados por Antônio Gil (2010, p. 15), que afirma que “no processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos”.

Os procedimentos metodológicos foram realizados em duas etapas: primeiro, houve a pesquisa bibliográfica e, em seguida, uma pesquisa de campo, que aconteceu no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros da UFPI, na cidade de Picos-PI.

A pesquisa se destinou a alunos dos cursos de Letras e Pedagogia, e aconteceu por meio de uma entrevista, que se realizou da seguinte forma: foi feita a leitura de uma tirinha, a qual contém realizações do português não padrão, para que os entrevistados pudessem formular conceitos sobre a diversidade linguística e nestes conceitos enxergar como o preconceito é visto.



A tirinha acima está presente em um livro didático do autor Mauro Ferreira, que foi adotado pelas escolas públicas para ser trabalhado durante 2012, 2013 e 2014 e tem por título “Aprender e praticar gramática”. Este livro é trabalhado no Ensino Médio e foi escolhido para amostragem e análise desta pesquisa, pois ilustra uma situação de sala de aula, onde o professor expõe de forma explícita o preconceito linguístico, contrariando assim a diversidade linguística.

Com base no conteúdo da tirinha, foram elaboradas as seguintes perguntas:

- 1- O que foi possível enxergar diante do conteúdo linguístico desta tirinha?
- 2- De que maneira você, como professor(a), se posicionaria ao se deparar com uma situação como esta em sala de aula?
- 3- Você já ouviu falar em preconceito linguístico? De que maneira?
- 4- Você acha que ele está presente no meio escolar assim como os demais preconceitos como o racial, por exemplo?
- 5- Como você acha que é possível lidar com essa questão? Será que é possível combatê-lo? E como você, futuro professor(a), lidaria com a questão do preconceito linguístico em sala de aula?

Conforme as respostas dadas a cada questionamento, abriu-se espaço para que fossem feitas mais perguntas como, por exemplo: Então você acha que existem pessoas que falam errado? E o que ela (professora do Chico Bento) estava querendo dizer, quando exige que o Chico Bento fosse para os livros e amanhã quer vê-lo o fino no português?

Essas perguntas foram selecionadas para observar o conhecimento que cada um dos futuros profissionais, tanto de língua portuguesa quanto pedagogos, têm a respeito do tema Preconceito Linguístico. Com base nesses questionamentos, poderemos enxergar até que ponto cada um deles (futuros profissionais) estão preparados para lidarem com a língua e suas variações.

Os sujeitos investigados foram 4 alunos, sendo 2 do curso de letras (um do 1º período e o outro do 7º período) e 2 do curso de pedagogia (um do 1º período e outro do 9º período). Depois da aplicação do questionário, foi feita a transcrição das falas, para que, à luz de autores como Bagno (2003, 2012), Ilari e Basso (2011), Célia Magalhães (2001) e Bortoni-Ricardo (2005), pudesse ser analisado como é visto esse preconceito que é socialmente construído.

Foram escolhidos apenas 4 alunos, porque a pesquisa não tem como objetivo apresentar dados quantitativos, mas oferecer um retrato do que futuros profissionais do ensino conhecem sobre o tema tratado e de que maneira eles pretendem trabalhar essa questão em sala de aula

Todo esse aparato teórico e metodológico nos ajudou a comprovar ou não a hipótese levantada acerca da problematização deste trabalho, ou seja, que alunos do curso de letras, por terem contato com o tema variação linguística já no início do curso, constroem uma representação diferente daquela construída pelos alunos de pedagogia.

5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa foi realizada com quatro alunos da UFPI - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos, sendo dois do Curso de Letras/Português (um do 1º período e outro do 7º período) e dois do Curso de Pedagogia (um do 1º período e o outro do 9º). Para a análise foi apresentada uma tirinha e em seguida foram feitas perguntas cujas respostas são analisadas no decorrer deste capítulo.

A primeira pergunta foi: “O que foi possível enxergar diante do conteúdo linguístico da tirinha?”. Para essa pergunta, o aluno do 1º período de letras respondeu que *a professora impôs pro Chico a maneira correta de usar a língua, sem levar em consideração a forma como ele aprendeu, e que ele deve falar de forma bem correta deixando de lado tudo que ele aprendeu durante toda uma vida, voltando-se para a gramática*. A fala desse aluno demonstra que ele já conhece de certa forma o sistema impositivo da língua sobre o falante, e que essa imposição ganha mais força através da atitude dos professores.

Já o aluno do 7º período de letras respondeu que *a partir dessa tirinha foi possível observar a questão da variação linguística em relação à questão do rural e da cidade, e também e também foi possível perceber o preconceito linguístico*. Disse também que *a professora não compreende que a língua pode variar que a língua tem essa capacidade*. Foi possível enxergar na fala desse aluno que ele conhece o tema variação linguística, sabe que isso é um fenômeno da linguagem, e que quando não se reconhece essa capacidade da língua, como é o caso da professora, tende-se a cometer o que se chama de preconceito linguístico.

O aluno do 1º período de pedagogia respondeu que, do seu ponto de vista, *a professora foi preconceituosa, porque não levou em conta o local que ele mora, a vida que ele leva a forma que ele aprendeu falar. Nesse momento ela teria que entender e ajudá-lo, e não usar de autoridade e o mandar estudar mais. Não é correto corrigir o aluno em sala de aula, totalmente sem ética e sem postura, e que isso chega até mesmo ser um bullying*. A fala desse aluno releva que ele considera preconceituosa a atitude da professora, mas não menciona que esse tipo de preconceito é linguístico, como também não faz menção de que a língua varia.

Já o aluno do 9º período de pedagogia respondeu que, *diante dessa tira podemos observar, como futuro pedagogo, que a professora está corrigindo o aluno*

e isso não se deve fazer na sala de aula, é através desses erros que a gente pode incentivar o aluno a aprender. Para a fala desse aluno, foi possível perceber que ele não acha correto corrigir o aluno em sala de aula. No entanto, considera, de forma implícita, que o aluno fala errado.

Diante da pergunta acima, foi possível perceber que os alunos do curso de Letras falam em imposição da língua, em variação linguística e em preconceito linguístico, já os de Pedagogia falam mais na correção do aluno em sala de aula, com se esse fosse o único preconceito, e que a professora pode tentar ajudá-lo a aprender mais através desses erros.

O conteúdo das respostas para essa pergunta tem significativa relevância para este trabalho, pois através destas respostas podemos enxergar que construção social cada acadêmica tem a respeito do tema “Preconceito Linguístico”, como também confirmar o que foi dito no referencial teórico deste trabalho, sobre o desconhecimento por parte de muito professores em relação ao tema variação linguística e conseqüentemente preconceito. Confirma-se não só isso, mas também a questão da imposição da escrita sobre a fala.

A segunda pergunta foi: “De que maneira você se posicionaria ao se deparar com uma situação como esta em sala de aula”? Para essa pergunta, o aluno do 1º de letras respondeu que, *ficaria horrorizado, pois o certo é mostrar a maneira de falar, mas sem colocar de lado o que a pessoa sabe sobre a língua, porque ela pode ficar constrangida de falar em público e fazer uso da língua.* Nessa fala, o aluno demonstrou repulsa à atitude da professora. No entanto, indica que existe uma maneira certa de falar, e com isso manifesta implicitamente que também existe uma forma errada de se falar.

Já o aluno do 7º período de letras respondeu que *entenderia que esse aluno fala desse modo por viver em um ambiente diferente, na zona rural, e não teria preconceito com ele, só explicaria que na fala a língua pode variar, mas que, se fosse a escrita, ele deveria escrever de acordo com a norma culta.* Foi possível perceber na fala desse aluno que ele associa o estilo de fala de um indivíduo ao ambiente em que vive, e que não o discriminaria, mas que mostraria a diferença entre a escrita e a fala.

Já o aluno do 1º período de pedagogia respondeu que a sua postura é a seguinte: *trazer o aluno para um lugar reservado e trocar uma ideia, em torno do que está acontecendo em sala de aula, tentando ajudá-lo e não envergonhar e*

constranger no meio dos colegas. Nessa fala o aluno deixa implícito o preconceito linguístico, pois o preconceito não é apenas corrigir o aluno em público, mas desvalorizar o estio de fala desse indivíduo, por não se adequar as normas tidas como padrão.

Já o aluno do 9º período de pedagogia respondeu que *se posicionaria de maneira a colocar ele para pensar juntos, não respondendo diretamente que ele está errado, e juntos pensar na forma certa de se falar, na forma certa assim de se escrever, porque não existe forma certa de se falar, podemos falar de diversas maneiras, como o ouvinte possa entender*. Nessa fala, o aluno também deixa implícito o preconceito, quando afirma que não dirá diretamente que ele está errado, mas que o colocará para pensar junto com ele. Em seguida, ele se contradiz e fala em forma correta de escrita e não de fala, no entanto, mesmo que seja indiretamente, o preconceito permanece.

Para a pergunta acima, nota-se que os alunos do curso de Letras não concordam com a atitude da professora e acham que se deve mostrar a forma “correta” de se escrever a palavra, mas sem ignorar o que esse falante aprendeu no seu cotidiano. Diante das respostas dadas, surgiu uma nova pergunta, que foi a seguinte: Então você acha que existem pessoas que falam errado? Ainda assim, o aluno do primeiro período diz que “existem pessoas que falam errado”, embora afirme que não se deve ignorar esse falante.

Os alunos de Pedagogia responderam que pensariam em uma forma de mostrar para o aluno a maneira certa de se falar, mas sem constrangê-lo, ou seja, levariam esse aluno para um canto e conversariam com ele. Isso é relevante para a pesquisa, pois demonstra como esses futuros profissionais do ensino poderão se posicionar quando se encontrarem diante de situações como esta. Nos diálogos que serviram como fundamentação teórica para essa pesquisa, encontraremos o posicionamento de alguns teóricos a respeito do papel do professor diante de situações expressam o preconceito linguístico no ambiente escolar.

A terceira pergunta foi: “Você já ouviu falar em preconceito linguístico?”. Para essa pergunta, o aluno do 1º período de letras respondeu que *já, em uma aula de pré-vestibular, onde estavam analisando alguns textos e a professora mostrou um texto de um aluno que desistiu da escola por conta de ter sido discriminado por alguns alunos e até mesmo pela professora*. Para essa pergunta, o aluno demonstra já ter ouvido falar por alto sobre esse assunto, mas que não teve um

aprofundamento maior, como também relata uma das consequências que o preconceito causa.

Já o aluno do 7º período de letras respondeu que, *Já sim, ouvi falar na universidade, e em outros locais também, mas principalmente na universidade, na disciplina de sociolinguística.* Na fala desse aluno, foi possível perceber ele teve um aprofundamento maior com o tema, em virtude de uma disciplina que cursou na universidade, e talvez por essa razão tenha um melhor entendimento sobre como lidar com o preconceito linguístico.

Já o aluno do 1º período de pedagogia respondeu que, *com esse termo (preconceito linguístico) não, mas sei que zombar da forma que alguém fala é sim um preconceito.* Para essa fala, foi possível enxergar que o acadêmico não ouviu falar sobre o tema, mas que, através do conhecimento de mundo, pôde perceber que atitudes, como desconsiderar a fala de um indivíduo, revela um preconceito.

Já o aluno do 9º período de pedagogia respondeu que *um pouco, principalmente na disciplina de psicolinguística, mas não nos aprofundamos muito nessa questão do preconceito, mas nós como professores não devemos ter esse tipo de preconceito e sim nós devemos ajudar os alunos e também combater esse preconceito de forma que eles possam junto com a gente aprender cada vez mais.* Nessa fala, o aluno revela já ter ouvido falar um pouco, mas em uma disciplina distinta da que realmente introduz o assunto, talvez por esse motivo o aluno ainda deixe implícito o preconceito em outras respostas.

Para essa pergunta, foi possível enxergar que os alunos do curso de Letras demonstram contato com o tema “variação linguística” logo no início do curso e, conseqüentemente, com o termo “preconceito linguístico”. Já o aluno de Pedagogia só ouviu falar, mas sem aprofundamento desse termo, em uma única disciplina do curso, sendo esta mesma uma disciplina ligada ao curso de Letras.

É importante perceber o quanto o contato com disciplinas que tratam sobre o tema em questão ajudam o profissional a ter uma postura diferenciada dos que não têm esse contato, levando o aluno a entender que o preconceito na verdade não é linguístico e sim social.

A quarta pergunta foi: “Você acha que o preconceito linguístico está tão arraigado no meio escolar, assim como os demais preconceitos como, por exemplo, o racial?”. Para essa pergunta, o aluno do 1º período de letras responde que *sim, porque às vezes as pessoas vão para a escola pensando que só vão ouvir o que é*

certo e acabam impondo seus anseios sobre os outros. Por essa fala, percebe-se que o aluno reconhece que na escola também predomina o preconceito, só que este é de natureza linguística. No entanto, ele deixa implícito, ao mencionar que alguns indivíduos vão para escola pensando que só vão ouvir o certo, que há uma maneira certa e uma errada de falar.

Já o aluno do 7º período de letras respondeu que, *com certeza, só o que a gente vê na escola é alguns alunos que fala diferente e os colegas começam zoar, tirar onda por eles terem essa forma de falar, principalmente quando o aluno é da zona urbana falando do aluno da zona rural.* Nessa fala foi possível enxergar que este aluno reconhece o preconceito linguístico no ambiente escolar, como também menciona o termo “diferente” o invés de “errado”. Além disso, fala da variação que ocorre na fala de um indivíduo que pertence à zona rural quando comparado ao da zona urbana.

O aluno do 1º período de pedagogia respondeu que *com certeza, não tenho dúvida nenhuma disso, de repente o cara vem de uma periferia, ou do interior, zona rural e aprendeu falar de uma forma que a vida inteira ele viu todo mundo falando daquele jeito e ele achava correto, e quando chega ao meio acadêmico é discriminado e fica totalmente perdido e aí o que ele aprendeu a vida toda é considerado errado, isso é bem complicado.* Nessa fala, o aluno reconhece o preconceito linguístico e também menciona a variação que ocorre em decorrência do ambiente em que o indivíduo vive.

Já o aluno do 9º período de pedagogia respondeu que *está, para muitos professores, inclusive os que eu observei em meu estágio supervisionado na escola a qual eu estagiei, a professora consertando o aluno na frente dos outros alunos e isso eu não acho correto, pois se ela queria consertar ele, o chamasse para conversar, eu acho que seria mais um professor democrático, um professor com autonomia.* Nessa fala, podemos perceber que esse aluno reconhece que há preconceito linguístico na escola e que vivenciou isso durante seu estágio. No entanto mesmo reconhecendo acaba por cometê-lo, pois, ao utilizar o termo “consertar”, expressa de forma explícita o seu preconceito, pois só se conserta algo que está errado, e, nesta feita, o “errado” está associado à forma de falar de um indivíduo.

Para essa pergunta, tanto os alunos do curso de Letras quanto os de Pedagogia responderam que o preconceito linguístico está presente na escola,

assim como os demais tipos de preconceitos. Além disso, percebeu-se que, mesmo esses alunos reconhecendo o preconceito no ambiente escolar, acabam por evidenciá-lo em suas falas, mesmo que de forma implícita.

A quinta pergunta foi: “Como você acha que é possível lidar com essa questão? Será que é possível combatê-lo?”. Para essa pergunta, o aluno do 1º período de letras responde que *talvez sim por meio de um projeto, de seminário, de teatro, por exemplo, mostrando que existe mais de uma forma de se dizer a mesma coisa, e que não é errado, é só uma forma como ele aprendeu*. Nessa fala, o aluno sugere meios pelos quais se pode talvez combater o preconceito, além de entender que a variação existe e possibilita ao falante mais de uma forma de se dizer uma mesma coisa, e que, portanto, não se pode considerar errado a fala de nenhum indivíduo.

Já o aluno do 7º período de letras respondeu que *a questão do preconceito seria mais uma questão de conscientização da turma em relação a isso, explicar para a turma que há variação linguística, que ninguém fala como todo mundo. Isso tem que ser dito para os alunos, principalmente aqueles de faixa etária menor, que não compreende que seu coleguinha fala diferente, e que, portanto, não deve sofrer preconceito. E que não é possível combater totalmente, mas acredito que cada professor explicando na sala poderia assim fazer sua parte, e cada aluno tendo consciência, ficaria bem melhor*. Para essa fala, foi possível analisar que o aluno considera importante que o professor fale sobre o tema variação linguística para sua turma, fazendo com que seus alunos não discriminem o colega por ele usar uma variante linguística diferente.

O aluno do 1º período de pedagogia respondeu que *talvez sim, utilizando o próprio saber popular do aluno seja um viés para tentar mudar essa realidade*. Nessa fala, se pode perceber que o aluno considera o saber popular como um possível meio para se tentar combater o preconceito linguístico. No entanto, muitas pessoas que compõe esse saber popular talvez nunca ouviram falar no conceito de preconceito linguístico, nem tão pouco como ele se constitui.

Já o aluno do 9º período de pedagogia respondeu que *é difícil, mas é possível, se formos professores pesquisadores, professores com autonomia, eficientes, podemos combater esse preconceito que não pode nem deve haver hoje na sala de aula*. Para a fala desse aluno, se pode entender que, para combater o

preconceito linguístico em sala de aula, é necessário um professor autônomo e eficiente.

Diante da pergunta acima, percebeu-se que os alunos do curso de Letras acreditam que se pode amenizar ou talvez combater a questão do preconceito linguístico em sala de aula, e cabe ao professor essa tarefa, que pode ser através de projetos ou de conscientização. Para os alunos de Pedagogia, há uma discrepância, pois o aluno do 1º período crê que talvez se possa combater o preconceito linguístico através do saber popular, já o do 9º período acredita que é difícil, mas possível, só precisamos de professores com autonomia.

As respostas acima se tornam relevantes para essa pesquisa, uma vez que este estudo almeja demonstrar que tipo de construção social cada um desses acadêmicos constrói a respeito do tema em estudo. A partir das respostas dadas, foi possível enxergar a importância de conhecer o tema Variação Linguística e conseqüentemente o Preconceito Linguístico, para então saber que, embora não se possa combatê-lo, de acordo com Bortoni-Ricardo (2005), pode-se questioná-lo,.

A sexta pergunta foi: “E como você, futuro(a) professor(a), lidaria com a questão do preconceito linguístico?”. Para essa pergunta, o aluno do 1º período de letras respondeu que *mostraria para os alunos as várias formas de a gente aprender a língua, mas que cada pessoa traz consigo a maneira de falar e que nós temos que respeitar e não lançar nossos anseios sobre os outros. Não dizendo que está errado, mas em determinadas situações ele deve melhorar sua forma de falar.* Para essa fala, foi possível notar que o aluno deixa implícito o preconceito linguístico, pois melhorar a forma de falar significa dizer que se está falando de uma maneira não tão boa, além disso, se refere também à questão da adequação linguística, e entende que cada indivíduo deve ter o seu estilo de fala respeitado.

Já o aluno do 7º período de letras respondeu que, *a primeira coisa que eu iria fazer era explicar para os alunos que essa questão da variação existe, e é necessário, pois ela fala tanto da gramática quanto da relação social da língua.* Nessa fala, se percebe que o aluno considera a variação como um fator relevante, para que o aluno aprenda a lidar tanto com a gramática, quanto com relações com língua estabelece.

O aluno do 1º período de pedagogia respondeu que *mais uma vez eu utilizaria o saber popular do aluno para lidar com essa questão.* Nessa fala, o aluno demonstra que, como professor em sala de aula, trataria a questão do preconceito

linguístico apenas pelo viés do saber popular. Contudo, ele não explica como usará esse saber para tratar os fenômenos de variação da linguagem.

Já o aluno do 9º período de pedagogia respondeu que *eu, como futuro professor, tendo a não ser um professor que tenha esse tipo de preconceito, eu vou aceitar o que o aluno já traz, a sua bagagem cultural, pois o aluno quando chega ao colégio ele já vem com uma bagagem, uma vida, uma história e nós como professores temos que considerar isso, o aluno não está errado, a linguagem que ele fala ele não está errado, nós precisamos ter um olhar, com uma análise crítica para isso como um bom professor*. Nessa fala, o aluno afirma que, como futuro professor, não será preconceituoso, e aceitará o que o aluno já sabe.

Para a pergunta acima, foi possível constatar que os alunos do curso de Letras trabalhariam com seus alunos as várias formas de se utilizar a língua, fazendo menção ao tema “Variação”. Para eles, cada um deve respeitar a forma de falar do outro, sem lançarmos sobre o aluno os nossos anseios. Já para os alunos de Pedagogia, percebeu-se que eles acham melhor utilizar o saber popular do aluno (bagagem cultural) para lidar com essa questão sob um olhar crítico.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que tanto os alunos do curso de Letras/Português quanto os de Pedagogia demonstraram repulsa à atitude da professora em corrigir o aluno dentro da sala de aula. No entanto, foi possível comprovar que a hipótese levantada para a pesquisa se confirma, pois, a partir das respostas dadas a cada questionamento, ficava evidente que alunos do curso de Letras, por terem contato com o tema “variação linguística” já no início do curso, constroem uma representação diferente daquela construída pelos alunos de pedagogia, ou seja, têm uma visão mais ampla do tema em questão, isso não implica dizer que os alunos de Letras não apresentem graus de preconceito, mas que esse tipo de representação preconceituosa foi menos perceptível entre eles.

O mesmo não se aplica aos alunos de Pedagogia, tendo em vista que estes não mantêm contato com temas relacionados à variação linguística, pois as disciplinas que tratam esse assunto não são vistas por eles durante o seu processo de formação. Contudo, mesmo esses futuros pedagogos não mantendo contato com esses temas, reconhecem o preconceito linguístico e desprezam atitudes como esta em sala de aula.

Com base em algumas respostas dadas a alguns questionamentos durante a entrevista, surgiam novas indagações como: Então você acha que existem pessoas

que falam errado? E quando a professora exige que o Chico Bento vá para os livros, o que ela estava querendo dizer?

Quando essas perguntas foram feitas aos alunos do curso de Letras, eles responderam que não existem pessoas que falam errado, mas diferente, pois a língua pode variar de acordo com a região do falante, principalmente em relação à questão da zona rural e da zona urbana, se referindo, portanto, à variação linguística (diatópica). Também responderam que, quando a professora exige que o Chico Bento vá para os livros e que amanhã quer vê-lo o fino no português, ela está atribuindo a forma de falar à escrita, e não está levando em conta o ambiente em que o falante vive. Mais uma vez, estes alunos fazem menção ao tema “variação linguística”, que é tratado pela Sociolinguística. Essas representações são mais nítidas ao aluno do 7º período, quando comparado ao aluno do 1º período, que ainda faz referência à adequação linguística em um determinado contexto de fala, mas deixando explícito que não se pode corrigir a fala de um indivíduo.

Esses mesmos questionamentos foram feitos aos alunos do curso de Pedagogia e percebeu-se que eles “reprovam” o comportamento da professora e, algumas vezes, deixam implícita a variação linguística, mas não com esse termo. Eles dizem que cada um aprende a falar conforme o ambiente em que vive e que deve ser respeitado. Também não costumam usar o termo “diferente”, empregam mais a palavra “errado” para se referir ao comportamento linguístico do falante. .

Quando os alunos de pedagogia que compõem o corpo da pesquisa foram indagados sobre considerarem que o Chico fala errado, responderam que não, e que, se em algum momento eles se deparassem com um fato como este em sala de aula, chamariam o aluno em particular e explicariam que não se deve falar dessa maneira em público. Ao expressarem tal atitude, deixam implícito o preconceito linguístico, pois dão a entender que o que se constitui preconceito é apenas o fato de corrigir o aluno diante dos colegas.

Desse modo, pôde-se então concluir que os alunos do curso de Pedagogia apresentam algumas dificuldades quando comparados aos alunos do curso de Letras no tocante ao trabalho com língua e suas possíveis variações. No entanto, os alunos de letras também apresentam suas dificuldades, pois, embora conheçam essas teorias, ainda pecam no que se refere às práticas pedagógicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, para a realização deste trabalho, o tema “Preconceito Linguístico” e sua representação para os acadêmicos do Curso de Letras e Pedagogia. Entendemos que esse preconceito é um julgamento depreciativo que se faz em relação a um indivíduo e sua comunidade de fala.

Foi a partir da diversidade linguística que pensamos na construção de um trabalho que representasse a percepção do grau de preconceito sofrido por alunos que frequentam nossas escolas. O tema tornou-se objeto de nossa pesquisa, que procurava analisar e conhecer as características, a constituição e o uso do preconceito linguístico enquanto forma de corrigir os “erros” na fala do indivíduo em um ambiente escolar.

Para atingir o objetivo de nossa pesquisa, foi necessário todo um aparato teórico, ou seja, a visão de alguns autores em relação ao tema proposto, como também uma entrevista, para que a partir dela fosse feita a coleta de dados e conseqüentemente a análise, para que assim pudéssemos chegar ao resultado da investigação.

De modo geral, os entrevistados reconhecem o tema Preconceito Linguístico e repudiam atitudes como esta em sala de aula. No entanto, no decorrer da pesquisa percebeu-se que os alunos do Curso de Pedagogia constroem uma representação social diferente da construída pelos alunos do Curso de Letras.

Constatamos, portanto, que alunos do Curso de Letras apresentam maior reconhecimento do tema em estudo, quando comparados aos do Curso de Pedagogia. Contudo, foi possível verificar que, mesmo tendo um aparato teórico para lhes auxiliar, esses alunos ainda expressam na prática, mesmo que de forma implícita, algum grau de preconceito linguístico.

Ao final desta pesquisa, acreditamos ter atingindo nosso objetivo, que foi o de apresentar o tema Preconceito Linguístico e como este é visto pelos acadêmicos (Pedagogia/Letras) e futuros professores das redes de ensino de nosso país.

Assim, podemos entender que o preconceito ocorre, mas que a escola, através de profissionais preparados, constitui-se o meio pelo qual se pode tentar amenizar essa situação. No entanto, mesmo tendo tentado descrever com maior precisão os prejuízos causados por atitudes preconceituosas em relação ao falante e a sua língua materna, consideramos necessário haver maior aprofundamento em

relação a como o uso da linguagem, em relação com uma comunidade de fala, pode ser trabalhado nas salas de aula.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico o que é, como se faz**. 25. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- _____, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 17. ed., 1ª impressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. 1. ed. São Paulo: Parábola editorial, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemo na escola, e agora? Sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005 .
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: atlas, 2010.
- IIARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos** / Rodolfo Ilari, Renato Basso. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.
- MONTEIRO, José Lemos, 1944- **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ORTMANN, P. A escrita formal e a escrita informal. **Jornal Mundo Jovem de incentivo à leitura e à escrita**, Rio Grande do Sul, p. 4, setembro/2011.
- PRETI, Dino, 1930 - **Sociolinguística: Os níveis da fala: Um Estudo Sociolinguístico do Diálogo na Literatura Brasileira** – 9. ed. São Paulo, 2000.
- PCN - Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- PCN - Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, Maria Elenilde Lual de Sousa,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Diferentes representações do preconceito linguístico
 para os alunos dos cursos de Letras e Pedagogia na UFPI
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 27 de Janeiro de 2015.

Maria Elenilde Lual de Sousa
 Assinatura